

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética do Ceará - Coelce
Fortaleza - CE

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - Coelce em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nºs 2.11 e 27)

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de venda de energia elétrica, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se:

- (i) Critério de reconhecimento de receita, em decorrência da adoção do IFRS 15/CPC 47;
- (ii) Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude;
- (iii) Lançamento da fatura se dê por valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época;
- (iv) Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de eletricidade fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano (“fornecimento não faturado”).

Resposta da auditoria ao assunto de reconhecimento de receita (Notas Explicativas nºs 2.11 e 27)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmamos que estão consistentes de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas de energia e os respectivos pagamentos; efetuamos teste global de receita de venda de energia elétrica; confrontamos com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a receita estimada (“fornecimento não faturado”) realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando isso com a estimativa da Companhia. Nós também avaliamos os pressupostos da Companhia relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, não foram identificadas distorções materiais no reconhecimento da receita da Companhia. Portanto, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas nºs 2.3 e 7)

A estimativa da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e cenário econômico atual e prospectivo. Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões.

A Administração da Companhia, durante o exercício de 2018, em decorrência da adoção do IFRS 9/CPC 48, readequou sua política contábil de mensuração e divulgação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa às políticas realizadas pela área de gestão de crédito.

Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios (Nota Explicativa nº10)

As receitas de energia elétrica das distribuidoras devem considerar uma tarifa (após revisão e homologação da ANEEL) capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em virtude disso, a Companhia registra ativos e/ou passivos regulatórios decorrente da diferença entre os custos incorridos e o valor da tarifa recebida no último no reajuste tarifário (cobertura tarifária). Em virtude da complexidade e detalhes específicos aplicáveis ao setor elétrico, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos regulatórios.

Resposta da auditoria ao assunto de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas nºs 2.3 e 7)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da nova estimativa definida pela Administração para constituição de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, realização de recálculo matemático da referida provisão e desafiamos o julgamento da Administração decorrente a estimativa definida onde foram totalizados todos os créditos, independente se vencidos ou a vencer, dos consumidores com faturas registradas como provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (“efeito arrasto”). Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis a estimativa da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, bem como as divulgações nas Notas Explicativas nºs 2.3 e 7 no contexto das demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios (Nota Explicativa nº 10)

Os nossos procedimentos de auditoria consideraram a avaliação dos ativos e passivos regulatórios registrados com base nas regulamentações expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os ativos e passivos regulatórios, consideramos que os critérios e premissas adotadas para reconhecimento dos referidos ativos e passivos regulatórios, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Avaliação de impairment de ativo imobilizado, intangível e ativos contratuais (Notas Explicativas nºs 2,5, 14, 15 e 16)

A Companhia possui registrado ativo imobilizado, intangível e ativos contratuais no montante de R\$ 2.421.539 mil, em 31 de dezembro de 2018 referente a investimentos realizados oriundos do direito de concessão de distribuição de energia elétrica. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de impairment desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia tomadas em conjunto.

Reconhecimento de benefícios pós emprego (Notas Explicativas nºs 2.8 e 23)

A Companhia possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, conforme requerido pelo CPC 33 - Benefício pós-emprego, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos passivos decorrente a benefícios pós-emprego.

Resposta da auditoria ao assunto de avaliação de impairment de ativo imobilizado, intangível e ativos contratuais (Notas Explicativas nºs 2,5, 14, 15 e 16)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (CGU) preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. Questionamos as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em impairment do ativo imobilizado e intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas. Avaliamos também a adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Nossos trabalhos revelaram que as premissas e a metodologia de avaliação do fluxo de caixa futuro utilizadas estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao período anterior e o plano de negócios da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de benefícios pós emprego (Notas Explicativas nºs 2.8 e 23)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o envolvimento de especialista atuarial na revisão da estimativa e metodologia utilizada para cálculo dos benefícios e a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação das Notas Explicativas nº 2.8 e 23 às demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos apropriadas os julgamentos, estimativas e divulgações preparadas pela Administração incluídas nas Notas Explicativas nº 2.8 e 23 relacionadas ao reconhecimento e mensuração dos saldos de benefícios pós emprego, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. **Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;**
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta forma, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 19 de fevereiro de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 CE 001465/F-4

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Jairo da Rocha Soares'.

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1SP 120458/O-6 -S- CE

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------|------------|------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 95.835 | 154.276 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 67.980 | 82.206 |
| Consumidores e outras contas a receber | 7 | 962.351 | 885.030 |
| Ativos financeiros setoriais | 10 | 201.567 | 124.961 |
| Subvenção CDE - desconto tarifário | 8 | 349.452 | 365.188 |
| Tributos a compensar | 9 | 78.995 | 74.342 |
| Serviço em curso | | 20.789 | 41.618 |
| Instrumentos financeiros derivativos - swap | 20 | 337 | - |
| Outros créditos | | 104.050 | 95.925 |
| Total do ativo circulante | | 1.881.356 | 1.823.546 |
| Não circulante | | | |
| Consumidores e outras contas a receber | 7 | 12.291 | 7.585 |
| Depósitos vinculados a litígios | 24 | 41.357 | 41.676 |
| Cauções e depósitos | 12 | 38.564 | 25.485 |
| Tributos a compensar | 9 | 79.988 | 51.104 |
| Serviço em curso | | 42.072 | 38.534 |
| Tributos diferidos | 30 | 48.029 | 67.064 |
| Benefício fiscal | 11 | 36.331 | 42.499 |
| Instrumentos financeiros derivativos - swap | 20 | - | 1.465 |
| Outros créditos | | 194 | 194 |
| Ativo indenizável (concessão) | 13 | 1.888.440 | 1.383.764 |
| Imobilizado | 14 | 46.492 | 43.247 |
| Intangível | 15 | 2.014.986 | 1.738.968 |
| Ativos contratuais | 16 | 360.061 | 434.937 |
| Total do ativo não circulante | | 4.608.805 | 3.876.522 |
| Total do ativo | | 6.490.161 | 5.700.068 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------|------------|------------|
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 17 | 702.597 | 755.862 |
| Empréstimos e financiamentos | 19 | 673.973 | 314.375 |
| Debêntures | 20 | 1.761 | 147.121 |
| Salários, provisões e encargos sociais | | 53.088 | 45.774 |
| Obrigações fiscais | 18 | 128.901 | 133.828 |
| Dividendos a pagar | 26 | 73.357 | 85.514 |
| Taxas regulamentares | 21 | 377.012 | 387.223 |
| Benefícios pós-emprego | 23 | 2.377 | 2.593 |
| Instrumentos financeiros derivativos - swap | | 251 | - |
| Outras obrigações | | 45.113 | 60.330 |
| Total do passivo circulante | | 2.058.430 | 1.932.620 |
| Não circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 19 | 401.243 | 335.270 |
| Debêntures | 20 | 811.380 | 495.788 |
| Passivos financeiros setoriais | 10 | 7.010 | 6.874 |
| Obrigações fiscais | 18 | 8.197 | 10.052 |
| Taxas regulamentares | 21 | 68.464 | 85.540 |
| Benefícios pós-emprego | 23 | 112.102 | 99.047 |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 24 | 160.406 | 151.655 |
| Outras obrigações | | 289 | 308 |
| Total do passivo não circulante | | 1.569.091 | 1.184.534 |
| Patrimônio líquido | 25 | | |
| Capital social | | 741.046 | 615.946 |
| Reserva de capital | | 358.671 | 358.671 |
| Reserva de lucros | | 1.689.900 | 1.607.279 |
| Outros resultados abrangentes | | 222 | 1.018 |
| Proposta de distribuição de dividendos adicionais | | 72.801 | - |
| Total do patrimônio líquido | | 2.862.640 | 2.582.914 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 6.490.161 | 5.700.068 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

| | Notas | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|-------|-------------|--------------------|
| Receita líquida | 27 | 5.102.244 | 4.594.419 |
| Custo do serviço | 28 | (4.438.746) | (3.849.470) |
| Lucro operacional bruto | | 663.498 | 744.949 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | |
| Despesas com vendas | 28 | (58.405) | (47.767) |
| Despesas gerais e administrativas | 28 | (132.072) | (126.424) |
| Outras despesas operacionais | 28 | (5.318) | (2.337) |
| Outras receitas operacionais | 28 | 50.150 | 50.028 |
| Total de receitas (despesas) operacionais | | (145.645) | (126.500) |
| Resultado do serviço público de energia elétrica | | 517.853 | 618.449 |
| Resultado financeiro | | | |
| Receitas financeiras | 29 | 152.901 | 93.048 |
| Despesas financeiras | 29 | (216.444) | (169.016) |
| Total resultado financeiro | | (63.543) | (75.968) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 454.310 | 542.481 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 30 | (137.909) | (174.583) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 30 | (25.229) | (27.997) |
| Incentivo fiscal | 30 | 73.348 | 95.878 |
| Lucro líquido do exercício | | 364.520 | 435.779 |
| Lucro líquido do exercício das operações continuadas | | 364.520 | 435.779 |
| Lucro por ação - básico e diluído | | | |
| Ação ordinária | | 4,68202 | 5,59729 |
| Ação preferencial - Classe A | | 4,96294 | 5,93313 |
| Ação preferencial - Classe B | | 5,15022 | 6,15702 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

| | Notas | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|-------|----------------|-----------------------|
| Lucro líquido do exercício | | 364.520 | 435.779 |
| Outros resultados abrangentes | | | |
| Perda atuarial em benefícios pós-emprego | 23 | (23.571) | (7.357) |
| Tributos diferidos sobre perda atuarial em benefícios pós-emprego | 30 | 8.014 | 2.501 |
| Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos | 29 | (1.206) | 1.543 |
| Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos | 30 | 410 | (525) |
| Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos | | <u>348.167</u> | <u>431.941</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

| | Nota | Reservas de capital | | | | Reservas de lucros | | | | | | | Total |
|---|------|---------------------|--------------------|---|----------------------------|--------------------|-----------------------------|-------------------------------|---|----------------------|----------------------------------|-----------|-------|
| | | Capital social | Reserva De ágio | Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio | Incentivo fiscal- ADENE | Legal | Incentivo fiscal- SUDENE | Reforço de capital de giro | Proposta de distribuição de dividendos adicional | Lucros acumulados | Outros resultados abrangentes | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | | 554.946 | 221.188 | 31.160 | 106.323 | 48.845 | 645.387 | 628.057 | 77.550 | - | - | 2.313.456 | |
| Aprovação dos dividendos propostos | | - | - | - | - | - | - | - | (77.550) | - | - | (77.550) | |
| Aumento de capital | 25 | 61.000 | - | - | - | - | - | (61.000) | - | - | - | - | |
| Perda atuarial em benefícios pós-emprego | 23 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (7.357) | (7.357) | |
| Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego | 25 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.501 | 2.501 | |
| Transferência para lucros acumulados | | - | - | - | - | - | - | - | - | (4.856) | 4.856 | - | |
| Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap | 29 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.543 | 1.543 | |
| Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - swap | 25 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (525) | (525) | |
| Lucro líquido do exercício | 25 | - | - | - | - | - | - | - | - | 435.779 | - | 435.779 | |
| Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE | 25 | - | - | - | - | - | 95.878 | - | - | (95.878) | - | - | |
| Dividendos expirados | | - | - | - | - | - | - | - | - | 56 | - | 56 | |
| Proposta da administração para destinação do lucro líquido | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Dividendo mínimo obrigatório | | - | - | - | - | - | - | - | - | (84.989) | - | (84.989) | |
| Reserva de reforço de capital de giro | 25 | - | - | - | - | - | - | 250.112 | - | (250.112) | - | - | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | | 615.946 | 221.188 | 31.160 | 106.323 | 48.845 | 741.265 | 817.169 | - | - | 1.018 | 2.582.914 | |
| Aumento de capital | 25 | 125.100 | - | - | - | - | - | (125.100) | - | - | - | - | |
| Perda atuarial em benefícios pós-emprego | 23 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (23.571) | (23.571) | |
| Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego | 25 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 8.014 | 8.014 | |
| Transferência para lucros acumulados | | - | - | - | - | - | - | - | - | (15.557) | 15.557 | - | |
| Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap | 29 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.206) | (1.206) | |
| Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - swap | 25 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 410 | 410 | |
| Lucro líquido do exercício | 25 | - | - | - | - | - | - | - | - | 364.520 | - | 364.520 | |
| Adoção inicial IFRS 9 | | - | - | - | - | - | - | - | - | 4.330 | - | 4.330 | |
| Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE | 25 | - | - | - | - | - | 73.348 | - | - | (73.348) | - | - | |
| Dividendos expirados | 25 | - | - | - | - | - | - | - | - | 30 | - | 30 | |
| Proposta da administração para destinação do lucro líquido | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Dividendo mínimo obrigatório | 25 | - | - | - | - | - | - | - | - | (72.801) | - | (72.801) | |
| Dividendos adicionais propostos | 25 | - | - | - | - | - | - | - | 72.801 | (72.801) | - | - | |
| Reserva de reforço de capital de giro | 25 | - | - | - | - | - | - | 134.373 | - | (134.373) | - | - | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | | 741.046 | 221.188 | 31.160 | 106.323 | 48.845 | 814.613 | 826.442 | 72.801 | - | 222 | 2.862.640 | |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------------|------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do exercício | 364.520 | 435.779 |
| Ajustes por | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 49.429 | 33.044 |
| Depreciação e amortização | 223.400 | 189.570 |
| Juros e variações monetárias | 123.082 | 104.351 |
| Ativos e passivos financeiros setoriais | (14.865) | 10.502 |
| Receita de ativo indenizável | (59.482) | (41.331) |
| Valor residual de intangível e imobilizado | 18.497 | 26.546 |
| Tributos e contribuições social diferidos | 25.229 | 27.997 |
| Perda de recebíveis de clientes | 7.220 | 13.171 |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 21.561 | 18.375 |
| Benefício fiscal | 6.168 | 6.741 |
| Obrigações com benefício pós-emprego | 10.240 | 13.400 |
| Programas de P&D e de eficiência energética | 41.166 | 38.354 |
| | <u>816.165</u> | <u>876.499</u> |
| (Aumento) diminuição em ativos operacionais: | | |
| Consumidores | (132.115) | (132.459) |
| Subvenção CDE - desconto tarifário | 15.736 | (93.858) |
| Ativos financeiros setoriais | (61.741) | (45.111) |
| Tributos a compensar | (33.537) | (11.916) |
| Cauções e depósitos | (13.079) | (35.753) |
| Depósitos vinculados a litígios | 319 | (3.876) |
| Outros créditos | 9.166 | (24.360) |
| Aumento (diminuição) em passivos operacionais: | | |
| Fornecedores | (53.265) | 258.555 |
| Salários, provisões e encargos sociais | 7.314 | (1.975) |
| Obrigações fiscais | (4.900) | (8.605) |
| Passivos financeiros setoriais | 136 | (40.739) |
| Taxas regulamentares | (69.224) | 61.960 |
| Obrigações com benefícios pós-emprego | (20.972) | (8.482) |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | (12.810) | (53.502) |
| Outras obrigações | (15.278) | 10.423 |
| Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais | <u>(384.250)</u> | <u>(129.698)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| Aplicações no intangível e imobilizado | (891.473) | (714.817) |
| Títulos e valores mobiliários | 14.226 | 2.018 |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento | <u>(877.247)</u> | <u>(712.799)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Captação de Debêntures | 310.000 | 495.536 |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 1.030.904 | 505.000 |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos | (620.656) | (652.200) |
| Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos | (43.675) | (75.958) |
| Pagamentos de debêntures | (149.431) | (142.956) |
| Pagamentos de juros de debêntures | (53.410) | (19.426) |
| Parcelamento especial | (1.882) | (2.864) |
| Pagamento de dividendos | (84.959) | (154.985) |
| Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento | <u>386.891</u> | <u>(47.853)</u> |
| Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa | <u>(58.441)</u> | <u>(13.851)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 154.276 | 168.127 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | <u>95.835</u> | <u>154.276</u> |
| Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa | <u>(58.441)</u> | <u>(13.851)</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

| | Notas | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|-------|--------------------|-------------------------|
| Geração de riquezas | | | |
| Receitas | | | |
| Venda de energia e serviços | 27 | 6.624.353 | 6.165.066 |
| Outras receitas | | 98.701 | 93.621 |
| Receitas relativas à construção de ativos próprios | 27 | 885.970 | 693.883 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 28 | (49.429) | (33.044) |
| Total de receitas | | <u>7.559.595</u> | <u>6.919.526</u> |
| Insumos adquiridos de terceiros | | | |
| Compra de energia | 28 | (2.599.577) | (2.385.638) |
| Encargos de uso da rede elétrica | 28 | (278.178) | (144.647) |
| Custo de construção | 28 | (885.970) | (693.883) |
| Material e serviços de terceiros | 28 | (361.955) | (342.888) |
| Outras despesas operacionais | 28 | (70.798) | (72.787) |
| Total de insumos adquiridos de terceiros | | <u>(4.196.478)</u> | <u>(3.639.843)</u> |
| (=) Valor adicionado bruto | | 3.363.117 | 3.279.683 |
| (-) Depreciação e amortização | 28 | (205.029) | (174.375) |
| (=) Valor adicionado líquido | | <u>3.158.088</u> | <u>3.105.308</u> |
| (+) Valor adicionado recebido em transferência | | | |
| Receita financeira | 29 | 152.901 | 93.048 |
| (=) Valor adicionado a distribuir | | <u>3.310.989</u> | <u>3.198.356</u> |
| Distribuição do valor adicionado | | | |
| Pessoal | | | |
| Remunerações | | 123.675 | 113.133 |
| FGTS | | 5.196 | 5.198 |
| Outros encargos sociais | | 8.069 | 10.095 |
| Previdência privada | | 8.893 | 9.859 |
| Auxílio-alimentação | | 10.599 | 10.788 |
| Convênio assistencial e outros benefícios | | 17.011 | 15.382 |
| Participação nos resultados | | 17.383 | 16.070 |
| | | <u>190.826</u> | <u>180.525</u> |
| Impostos, taxas e contribuições | | | |
| Federal | | 1.211.997 | 1.176.013 |
| Estadual | | 1.382.430 | 1.314.450 |
| Municipal | | 2.860 | 2.358 |
| (-) Incentivos fiscais | | (73.348) | (95.878) |
| | | <u>2.523.939</u> | <u>2.396.943</u> |
| Remuneração de capitais de terceiros | | | |
| Juros e variações monetárias | | 110.112 | 104.231 |
| Outras despesas financeiras | | 106.332 | 64.785 |
| Aluguéis | | 15.260 | 16.093 |
| | | <u>231.704</u> | <u>185.109</u> |
| Remuneração de capitais próprios | | | |
| Dividendo mínimo obrigatório | 25 | 72.801 | 84.989 |
| Dividendos propostos | 25 | 72.801 | - |
| Reserva de incentivo fiscal - SUDENE | 25 | 73.348 | 95.878 |
| Reserva de reforço de capital de giro | 25 | 134.343 | 250.056 |
| Retenção de Lucros | 25 | 11.227 | 4.856 |
| | | <u>364.520</u> | <u>435.779</u> |
| Total do valor adicionado distribuído | | <u>3.310.989</u> | <u>3.198.356</u> |
| Valor adicionado (médio) por empregado | | 2.922 | 2.750 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações Gerais

A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, que é regulada pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em dezembro de 2028.

Em 19 de fevereiro de 2019, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal.

Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado; instrumentos financeiros - custo amortizado; contingências e benefício a empregados.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações Contábeis são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas no resultado abrangente.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiro resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas nos lucros acumulados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

Classificação - Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

| | Valor contábil original de acordo com CPC 38 / IAS39 em 31 de dezembro de 2017 | Novo valor contábil de acordo com CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 |
|--|---|---|
| | Categoria | Categoria |
| Ativo | | |
| Caixa e equivalente de caixa | Valor justo por meio de resultado | Valor justo por meio de resultado |
| Titulos e valores mobiliários | Valor justo por meio de resultado | Valor justo por meio de resultado |
| Cauções e depósitos | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Consumidores | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Consumidores - serviços prestados | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Instrumentos financeiros derivativos - Swap | Empréstimos e recebíveis | Valor justo por meio de resultado |
| Ativos financeiros setoriais | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Ativo indenizável (concessão) | Disponível para venda | Valor justo por meio de resultado |
| Passivo | | |
| Empréstimos e financiamentos em moeda nacional | Outros passivos financeiros | Custo amortizado |
| Debêntures em moeda nacional | Outros passivos financeiros | Custo amortizado |
| Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira | Outros passivos financeiros | Custo amortizado |
| Passivos financeiros setoriais | Outros passivos financeiros | Custo amortizado |
| Instrumentos financeiros derivativos - Swap | Outros passivos financeiros | Valor justo por meio de resultado |
| Fornecedores | Outros passivos financeiros | Custo amortizado |

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento/(baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais:

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (corporativo, grandes clientes e administração pública). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

| | Saldo contábil originalmente apresentado em 31.12.2017 | Valor da adoção | Ajuste de transição | | Saldo líquido de impostos |
|-------------------|---|-----------------|------------------------|-----------------------|------------------------------|
| | | | (lucros acumulados) | IR/CS sobre adoção | |
| PECLD energia | 247.244 | 235.132 | (12.112) | (4.118) | (7.994) |
| PECLD não energia | 34.237 | 39.788 | 5.551 | 1.887 | 3.664 |
| Contas a receber | 281.481 | 274.920 | (6.561) | (2.231) | (4.330) |

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa certos derivativos como:

- Hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo);
- Hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa);
- Hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido).

(a) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), Líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(b) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida na reserva de hedge de fluxo de caixa, no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas relacionadas com a parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado, em outras receitas (despesas).

Quando os contratos a termo são usados como hedge das transações previstas, o grupo geralmente designa apenas a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de hedge. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de hedge. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de hedge. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue.

Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na Demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Quando um instrumento de hedge vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro, como um estoque. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa e os custos de hedge diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado.

(c) Hedge de investimento líquido

As operações de hedge de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de hedge de fluxo de caixa.

Qualquer ganho ou perda do instrumento de hedge relacionado com a parcela efetiva do hedge é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

Ineficácia do hedge

A eficácia de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.

No caso de hedges de compras em moeda estrangeira, o Grupo contrata operações de hedge quando os termos essenciais do instrumento de hedge correspondem exatamente aos termos do item protegido. Portanto, o Grupo realiza uma avaliação qualitativa de eficácia. Se houver mudanças nas circunstâncias que afetem os termos do item protegido de tal forma que os termos essenciais deixem de corresponder, de forma exata, aos termos essenciais do instrumento de hedge, o Grupo utilizará o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia.

Nos hedges de compras em moeda estrangeira, a ineficácia pode ocorrer se o período da transação prevista for alterado em relação ao período estimado originalmente, ou se houver mudanças no risco de crédito ou na contraparte do derivativo.

A ineficácia do hedge de swaps de taxa de juros pode ocorrer devido:

- Ao ajuste do valor de crédito/valor de débito nos swaps de taxa de juros que não é igualado pelo empréstimo;
- Diferenças nos termos essenciais entre os swaps de taxa de juros e os empréstimos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4. Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Por se tratar de evento novo, a Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O registro dos valores a receber foi efetuado em contas de ativo em contrapartida ao resultado deste exercício na rubrica de receita de vendas de bens e serviços.

2.5. Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

A Companhia classifica a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar uma melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho.

Uso de estimativas:

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL por meio do novo valor de reposição - "VNR" depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Dessa forma, nenhuma perda para redução ao provável valor de recuperação é necessária.

2.6. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - contratos de concessão.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão, são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

2.7. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um imposto de renda ativo e contribuição social diferido são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil específica.

2.8. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado independente utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

2.9. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia goza de incentivo fiscal (benefício SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição até o ano-base de 2018. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta "Reserva de Incentivo Fiscal".

2.11. Receita de contratos com clientes

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. O princípio básico da norma estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15:

- 1- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- 2- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- 3- Determinar o preço de cada tipo de transação;
- 4- Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos;
- 5- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia analisou as seguintes receitas de contratos com clientes:

- Receita de fornecimento de energia;
- Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);
- Receita de venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE;
- Receita de construção da infraestrutura da concessão;
- Receita de aluguel de postes;
- Outras receitas.

Após análise detalhada dessas receitas, a Companhia concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente. No caso da receita de construção da infraestrutura da concessão, a obrigação de desempenho está atrelada à evolução financeira da obra, onde os benefícios das melhorias são transferidos para a concessão à medida que os custos são incorridos.

Adicionalmente, o pronunciamento determina que a Companhia reconheça a receita originada de um contrato com cliente quando a possibilidade de recebimento for provável, considerando a capacidade e a intenção de pagamento do cliente. Sendo assim, havendo a expectativa de não recebimento, a respectiva receita será apresentada líquida, por meio de uma conta redutora de fornecimento de energia. A Companhia avaliou os clientes com longo histórico de inadimplência que, por diversos motivos, não tiveram seu fornecimento de energia suspenso e concluiu que o impacto não é significativo. Dessa forma, a Companhia monitora mensalmente tais recebíveis e os mesmos continuam a ser objeto de constituição de perda esperada de acordo com as políticas da Companhia.

Com base nas análises realizadas, a Companhia concluiu que a adoção desse pronunciamento não impactou as suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto por:

- (i) Penalidades de seus indicadores individuais de desempenho (DIC, FIC, DMIC e DICRI) que foram reclassificadas de despesa operacional para receita operacional (reduzora da receita de TUSD)

De acordo com o pronunciamento, as receitas devem ser reconhecidas de forma líquida de contraprestação variável, como por exemplo eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. Dessa forma, como os indicadores individuais de desempenho refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição, as compensações financeiras ocorridas, em função do não cumprimento das metas estabelecidas pela ANEEL, devem ser deduzidas da própria receita gerada pela TUSD.

- (ii) Ativo contratual representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que foram reclassificados da rubrica de ativo intangível da concessão para ativo contratual

Conforme ICPC 01 Contratos de Concessão, o concessionário constrói ou melhora, opera e mantém a infraestrutura da concessão para prestação de um serviço público, durante prazo determinado, sendo bifurcados entre:

- Ativos financeiros: corresponde à parcela estimada dos investimentos que não será totalmente amortizada até o final da concessão, em que a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público;
- Ativos intangíveis: representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores à medida que a infraestrutura do serviço público é utilizada ao longo do contrato da concessão.

Desta forma, ao longo da concessão tais ativos são remunerados por meio do WACC regulatório (juros remuneratórios sobre o investimento realizado), que de acordo com o CPC 47, devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção ou de melhoria.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

Tendo em vista os fatos supracitados, os ativos contratuais em construção ou de melhoria, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, foram reclassificados da rubrica de ativo intangível da concessão para ativo contratual, pois a Companhia até a conclusão da construção não tem o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, incondicionalmente, pela reversão da infraestrutura do serviço público. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia reclassificou os montantes abaixo:

| | 31/12/2017 | | 31/12/2017 |
|--------------------|------------------|-----------------|------------------|
| | Publicado | Reclassificação | Reclassificado |
| Intangível | 2.173.905 | (434.937) | 1.738.968 |
| Ativos contratuais | - | 434.937 | 434.937 |
| | <u>2.173.905</u> | <u>-</u> | <u>2.173.905</u> |

a) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.12. Resultado por ação de capital

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

2.13. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1o de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento do Grupo durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais do grupo.

Com relação aos compromissos de arrendamento remanescentes, o grupo espera reconhecer ativos e passivos de arrendamento no valor aproximado de R\$ 19.006 em 1o de janeiro de 2019.

A Companhia estima que o lucro líquido após os impostos irá diminuir, aproximadamente, em R\$ 391 em 2019, como resultado da adoção das novas regras. Espera-se que o EBITDA ajustado utilizado para mensurar os resultados de segmentos aumente em aproximadamente R\$ 9.239, já

que os pagamentos dos arrendamentos operacionais serão substituídos contabilmente por amortização dos ativos de direito de uso.

Os fluxos de caixa operacionais irão aumentar e os fluxos de caixa de financiamento irão diminuir aproximadamente R\$ 7.535, pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento será classificada como fluxos de caixa de atividades de financiamento.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- ✓ Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- ✓ As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- ✓ Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- ✓ Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor. Não há expectativa que a interpretação impacte as demonstrações financeiras da Companhia.

- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS9).

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam as demonstrações contábeis da Companhia.

- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28)

Não aplicável à Companhia.

- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS19)

As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período base anual, a entidade deve:

- Determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento;

- Determinar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido.

As alterações esclarecem ainda que a entidade deve determinar primeiramente qualquer custo com serviços passados, ou ganho ou perda na liquidação, sem considerar o efeito do asset ceiling. Este valor deve ser reconhecido no resultado. A entidade determina então o efeito do asset ceiling após alteração, redução ou liquidação do plano. Qualquer alteração neste efeito, excluindo os valores incluídos nos juros líquidos, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

As alterações aplicam-se às alterações, reduções ou liquidações ocorridas a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações aplicam-se apenas às alterações, restrições ou liquidações futuras do plano da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas
 - ✓ CPC 15 (R1) - Combinações de negócios;
 - ✓ CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto;
 - ✓ CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

Não aplicável a Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3. Reajuste tarifário anual

Os reajustes tarifários ocorrem anualmente, exceto nos anos em que ocorrem revisões tarifárias periódicas (geralmente a cada 4 anos). O mecanismo de Reajuste Tarifário Anual tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita obtida por meio das tarifas praticadas pela concessionária.

De acordo com seu contrato de concessão, a Companhia teve o reajuste tarifário em 22 de abril de 2018. O reajuste tarifário médio foi de 4,96%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 183, de 17 de abril de 2018, com vigência até 21 de abril de 2019. Para os consumidores de baixa tensão, houve um aumento em torno de 3,80%. Já para os clientes de média e alta tensão, o reajuste foi cerca de 7,96%, sendo o principal efeito, a atualização do preço da tarifa de transmissão de energia das transmissoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei 12.783/12. Adicionalmente, a Parcela B foi atualizada pela inflação acumulada no período (IGP-M).

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), órgão regulador nacional do setor elétrico, definiu em 22 de janeiro de 2019 a abertura da Audiência Pública para colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da proposta referente à revisão tarifária periódica da Enel Distribuição Ceará, que vai vigorar a partir do dia 22 de abril. Os percentuais propostos pela Aneel poderão sofrer atualizações até a aprovação em definitivo. A Companhia reforça que o ajuste proposto pelo regulador na revisão tarifária se deve, em grande parte, a fatores externos não gerenciados pela distribuidora, como custo de compra energia e encargos setoriais.

Realizada a cada quatro anos, como estabelecido na regulamentação, a revisão tarifária visa estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, além de considerar na definição da tarifa os custos de geração da energia, os de transporte até o consumidor (transmissão e distribuição) e os encargos setoriais.

Do ajuste médio em discussão, a maior parte cerca de 75% é destinada a cobrir a elevação dos custos de transmissão, compra de energia, encargos setoriais e impostos. Esses fatores são definidos por lei e regulamentação, sem gestão da distribuidora. Houve aumento principalmente dos encargos setoriais principalmente a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - fundo administrado pelo Governo para custear alguns subsídios às tarifas e nas tarifas de transmissão. A Companhia arrecada esses valores por meio da tarifa de energia e os repassa integralmente às empresas de geração, transmissão e ao Governo Federal.

Cerca de 25% do ajuste em discussão corresponde à parcela destinada à Coelce para cobrir os custos da distribuição de energia, destinados à distribuidora para operação, expansão e manutenção da rede de energia, além de sustentar o forte volume de investimentos que a Companhia vem realizando no estado de Ceará.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

4. Alterações e atualizações na legislação regulatória

a) Bandeiras tarifárias

Em 2018, vigoraram as bandeiras tarifárias verde nos meses de janeiro a abril e dezembro, amarela em maio e novembro e vermelha, patamar 2, de junho a outubro de 2018. Em 2017, vigoraram as bandeiras tarifárias verde nos meses de janeiro e junho, amarela nos meses de fevereiro, março, julho e setembro e vermelha nos meses de abril, maio, agosto, outubro, novembro e dezembro.

5. Caixa e equivalentes de caixa

| Descrição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|----------------------|-----------------------|
| Caixa e contas correntes bancárias | 31.965 | 78.505 |
| Aplicações financeiras | | |
| CDB (Aplicações diretas) | 416 | 42 |
| Operações compromissadas | 63.420 | 75.600 |
| | <u>63.836</u> | <u>75.642</u> |
| Fundos exclusivos | | |
| Operações compromissadas (Fundos exclusivos) | 34 | 129 |
| | <u>34</u> | <u>129</u> |
| Aplicações financeiras | <u>63.870</u> | <u>75.771</u> |
| Total | <u><u>95.835</u></u> | <u><u>154.276</u></u> |

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo por meio do resultado.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

6. Títulos e valores mobiliários

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|---------------|---------------|
| Fundos de investimentos não exclusivos | 67.810 | 82.142 |
| Fundos de investimentos exclusivos | 170 | 64 |
| Títulos públicos | 170 | 61 |
| LF - Letra Financeira | - | 3 |
| Total | 67.980 | 82.206 |

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período.

7. Consumidores e outras contas a receber

| | A vencer | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | Total | Provisão Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|----------------|-------------------------|-----------------------------------|------------------|---|----------------|----------------|
| Circulante | | | | | | | |
| Fornecimento faturado | 318.125 | 259.522 | 337.749 | 915.396 | (234.262) | 681.134 | 605.630 |
| Receita não faturada | 207.649 | - | - | 207.649 | (2.542) | 205.107 | 184.429 |
| Consumidores baixa renda | 35.129 | - | - | 35.129 | - | 35.129 | 34.613 |
| Parcelamento de débitos | 1.433 | 21.004 | 18.966 | 41.403 | (9.771) | 31.632 | 42.537 |
| Outros contas a receber | 3.709 | 8.372 | 54.929 | 67.010 | (57.661) | 9.349 | 17.821 |
| Total do circulante | 566.045 | 288.898 | 411.644 | 1.266.587 | (304.236) | 962.351 | 885.030 |
| Não circulante | | | | | | | |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE | - | - | 15.289 | 15.289 | (15.289) | - | - |
| Parcelamento de débitos | - | - | 12.291 | 12.291 | - | 12.291 | 7.585 |
| Total não circulante | - | - | 27.580 | 27.580 | (15.289) | 12.291 | 7.585 |

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

| | 31/12/2017 | Adições | Baixas | Adoção Inicial | 31/12/2018 |
|---|------------|----------|--------|----------------|------------|
| Provisão Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa | (281.481) | (49.429) | 4.824 | 6.561 | (319.525) |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

A provisão Estimada em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregando em grandes clientes (alta tensão), clientes corporativos (baixa tensão) e administração pública. Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento apropriado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, considerando um novo modelo de avaliação a fim de apurar as perdas esperadas. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do aging das contas a receber. Na abordagem individual a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes.

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Resolução homologatória 1.711/2014 | 74.489 | 74.489 |
| Resolução homologatória 1.882/2015 | 90.419 | 90.419 |
| Resolução homologatória 2.065/2016 | 152.659 | 152.659 |
| Resolução homologatória 2.223/2017 | - | 28.791 |
| Resolução homologatória 2.383/2018 | 24.300 | - |
| Parcela de ajuste | 925 | 12.170 |
| Atualização monetária | 6.660 | 6.660 |
| | <u>349.452</u> | <u>365.188</u> |

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

- a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda - CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a presente data (Resoluções Homologatórias nos 1.711/14, 1882/15, 2.065/16 e 2.223/17), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobrás/CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08 de julho de 2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, em taxas regulamentares, o montante de R\$ 337.125 (R\$ 338.159 em 2017), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

9. Tributos a compensar

| | 31/12/2018 | | 31/12/2017 | |
|--|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Imposto de renda e contribuição social | 7.205 | - | 16.918 | - |
| ICMS (a) | 59.555 | 68.932 | 47.273 | 40.048 |
| ICMS parcelamento | - | 11.056 | - | 11.056 |
| PIS e COFINS | 3.776 | - | 9.200 | - |
| INSS Patronal | - | - | 821 | - |
| Outros tributos | 8.459 | - | 130 | - |
| Total | <u>78.995</u> | <u>79.988</u> | <u>74.342</u> | <u>51.104</u> |

- a) Do total de crédito de ICMS, R\$ 107.449 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 67.202 em 31 de dezembro de 2017) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 21.038 (R\$ 20.119 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês seguinte.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

10. Ativo e passivos financeiros setoriais

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

| | 31/12/2018 | | 31/12/2017 | |
|---|------------------|------------------------|------------------|------------------------|
| | Ativo circulante | Passivo não circulante | Ativo circulante | Passivo não circulante |
| Compra de energia | 149.249 | (70.662) | 91.352 | (43.342) |
| Encargo de serviço do sistema - ESS | (57.903) | 6.513 | 26.619 | (14.019) |
| Conta de desenvolvimento Energético - CDE | (4.844) | (2.395) | (32.302) | 13.524 |
| Uso da rede básica | 42.809 | (10.556) | 14.343 | (5.883) |
| Outros | 989 | (332) | (440) | - |
| Conta de compensação de variação de custos da Parcela A | 130.300 | (77.432) | 99.572 | (49.720) |
| Repasse de sobrecontratação de energia | (14.462) | (4.166) | 2.093 | 1.321 |
| Recomposição de ICMS | (12.257) | (4.317) | 26.381 | (4.815) |
| Bandeira não faturada | - | - | (11.250) | - |
| Neutralidade | (638) | 2.396 | 7.948 | (3.068) |
| Outros | 98.624 | 90.529 | 217 | 63.156 |
| Demais ativos e passivos financeiros setoriais | 71.267 | 84.442 | 25.389 | 56.594 |
| Total dos ativos e passivos financeiros setoriais | 201.567 | 7.010 | 124.961 | 6.874 |

11. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, o registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

| Benefício fiscal - ágio incorporado | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Ágio da incorporação | 775.960 | 775.960 |
| Amortização acumulada | (668.368) | (650.226) |
| Provisão sobre o ágio | (429.365) | (429.365) |
| Reversão da provisão sobre o ágio | 358.104 | 346.130 |
| Saldo | <u>36.331</u> | <u>42.499</u> |

A seguir o cronograma de realização do benefício fiscal:

| | 31/12/2018 | Percentual |
|----------------|---------------|-------------|
| Em 2019 | 5.646 | 16% |
| Em 2020 | 5.166 | 14% |
| Em 2021 | 4.728 | 13% |
| 2022 em diante | 20.791 | 57% |
| | <u>36.331</u> | <u>100%</u> |

12. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósito que garantem: Bradesco (leilões de energia), BNB (dívida) e Banco do Brasil aplicações feitas como cláusula de garantia da concessão e estão apresentados nos montantes apresentados abaixo:

| Instituição | Tipo de Aplicação | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-----------------|-----------------------|----------------|----------------|
| | | Não Circulante | Não Circulante |
| Bradesco | CDB | 17 | 7 |
| BNB | CDB | 29.347 | 17.605 |
| Banco do Brasil | Título do Tesouro EUA | 9.200 | 7.873 |
| Total | | <u>38.564</u> | <u>25.485</u> |

13. Ativo indenizável (concessão)

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

Desta forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

| | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Saldo Inicial | 1.383.764 | 1.103.190 |
| Transferências do ativo intangível | 445.194 | 239.243 |
| Marcação a mercado - ativo indenizável | 59.482 | 41.331 |
| Saldo Final | <u>1.888.440</u> | <u>1.383.764</u> |

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente. O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento pelo poder concedente.

14. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, segue demonstrado abaixo a movimentação destes ativos:

| | Saldo em | | | | | Saldo em |
|---------------------------------|-----------------|----------------|--------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2017 | Depreciação | Adição | Transferência | Reclassificação | 31/12/2018 |
| Imobilizado em serviço | | | | | | |
| Terrenos | - | - | - | 19 | 11 | 30 |
| Edif. Ob. Cívics e benfeitorias | - | - | - | - | 9 | 9 |
| Máquinas e equipamentos | 55.705 | - | - | 4.662 | 1.987 | 62.354 |
| Móveis e utensílios | 45.865 | - | - | 1.747 | 3.053 | 50.665 |
| Subtotal | <u>101.570</u> | - | - | <u>6.428</u> | <u>5.060</u> | <u>113.058</u> |
| Depreciação acumulada | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | (39.825) | (4.437) | - | - | (255) | (44.517) |
| Móveis e utensílios | (27.088) | (2.624) | - | - | - | (29.712) |
| Subtotal | <u>(66.913)</u> | <u>(7.061)</u> | - | - | <u>(255)</u> | <u>(74.229)</u> |
| Imobilizado em curso | | | | | | |
| Terrenos | - | - | - | (19) | - | (19) |
| Máquinas e equipamentos | 4.784 | - | 4.037 | (4.662) | - | 4.159 |
| Móveis e utensílios | 3.806 | - | 1.464 | (1.747) | - | 3.523 |
| Subtotal | <u>8.590</u> | - | <u>5.501</u> | <u>(6.428)</u> | - | <u>7.663</u> |
| Total do imobilizado | <u>43.247</u> | <u>(7.061)</u> | <u>5.501</u> | <u>-</u> | <u>4.805</u> | <u>46.492</u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

| Administração | % |
|----------------------------------|-------|
| Equipamento geral | 6,25 |
| Equipamento geral de informática | 16,67 |

15. Intangível

| | 31/12/2018 | | | 31/12/2017 | |
|-----------------------------|------------------|-----------------------|----------------------|------------------|------------------|
| | Custo | Amortização acumulada | Obrigações Especiais | Valor Líquido | Valor Líquido |
| Em Serviço | | | | | |
| Direito de uso da concessão | 4.688.885 | (2.448.956) | (320.602) | 1.919.327 | 1.663.747 |
| Software | 234.929 | (139.270) | - | 95.659 | 75.221 |
| Total | <u>4.923.814</u> | <u>(2.588.226)</u> | <u>(320.602)</u> | <u>2.014.986</u> | <u>1.738.968</u> |

| | Em Serviço | | | |
|---|------------------|-----------------------|----------------------|------------------|
| | Custo | Amortização acumulada | Obrigações especiais | Valor líquido |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | <u>4.112.574</u> | <u>(2.165.644)</u> | <u>(379.005)</u> | <u>1.567.925</u> |
| Baixas | (67.006) | 40.460 | - | (26.546) |
| Amortização | - | (217.032) | 33.369 | (183.663) |
| Transferência dos ativos contratuais | 623.108 | - | (21.495) | 601.613 |
| Transferências para ativo indenizável | (251.874) | - | 12.631 | (239.243) |
| (-) Reversão de provisão para desativação de bens | 35.839 | (17.195) | - | 18.644 |
| Reclassificação Bens de Renda Imobilizado | 937 | (699) | - | 238 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | <u>4.453.578</u> | <u>(2.360.110)</u> | <u>(354.500)</u> | <u>1.738.968</u> |
| Baixas | (40.356) | 21.859 | - | (18.497) |
| Amortização | - | (250.230) | 33.898 | (216.332) |
| Transferência dos ativos contratuais | 960.846 | - | - | 960.846 |
| Transferências para ativo indenizável | (445.194) | - | - | (445.194) |
| Reclassificação do ativo imobilizado | (5.060) | 255 | - | (4.805) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | <u>4.923.814</u> | <u>(2.588.226)</u> | <u>(320.602)</u> | <u>2.014.986</u> |

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com as regras definidas pela ANEEL para fins tarifários e de determinação da indenização dos bens reversíveis à concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao término do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo indenizável nos moldes da Lei nº 12.783/13.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

| Distribuição | % |
|-------------------------------------|-------|
| Condutor de tensão inferior a 69kv | 3,57 |
| Estrutura poste | 3,57 |
| Transformador de distribuição aéreo | 4,00 |
| Medidor eletrônico | 7,69 |
| Medidor eletromecânico | 4,00 |
| Condutor de tensão superior a 69kv | 2,70 |
| Transformador de força | 2,86 |
| Conjunto de medição (tp e tc) | 4,35 |
| Painel | 3,57 |
| Regulador de tensão inferior a 69kv | 4,35 |
| Software | 20,00 |

16. Ativos contratuais

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 6,55% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

| | 31/12/2018 | | Saldo inicial em |
|-----------------------------|------------|----------------------|------------------|
| | Custo | Obrigações Especiais | 01/01/2018 |
| | | Valor Líquido | Valor Líquido |
| Em Curso | | | |
| Direito de uso da concessão | 544.787 | (249.005) | 370.252 |
| Software | 64.279 | - | 64.685 |
| Total | 609.066 | (249.005) | 434.937 |

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

| | Em Curso | | Total |
|---|-----------|----------------------|-----------|
| | Custo | Obrigações especiais | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 535.265 | (193.999) | 341.266 |
| Adições | 731.066 | (37.183) | 693.883 |
| Transferências | (623.108) | 21.495 | (601.613) |
| Reclassificação Bens de Renda Imobilizado | 5.506 | - | 5.506 |
| Reclassificação do ativo imobilizado | (4.105) | - | (4.105) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 644.624 | (209.687) | 434.937 |
| Adições | 906.623 | (39.318) | 867.305 |
| Capitalização de juros de empréstimos | 18.665 | - | 18.665 |
| Transferências | (960.846) | - | (960.846) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 609.066 | (249.005) | 360.061 |

17. Fornecedores e outros contas a pagar

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|------------------------------------|------------|------------|
| Suprimento de energia | | |
| Compra de Energia | 361.882 | 353.577 |
| Encargo de Uso da Rede | 39.818 | 31.918 |
| Partes relacionadas (vide nota 22) | 34.222 | 126.653 |
| Materiais e serviços | 266.675 | 243.714 |
| Total | 702.597 | 755.862 |
| Circulante | 702.597 | 755.862 |

18. Obrigações fiscais

| | 31/12/2018 | | | 31/12/2017 | | |
|---|------------|----------------|---------|------------|----------------|---------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL | 3.298 | - | 3.298 | 1.370 | - | 1.370 |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS | 91.035 | - | 91.035 | 96.462 | - | 96.462 |
| REFIS IV - Federal (Previdenciário) | 1.696 | 8.197 | 9.893 | 1.723 | 10.052 | 11.775 |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | 17.644 | - | 17.644 | 18.751 | - | 18.751 |
| Programa de integração social - PIS | 3.816 | - | 3.816 | 4.061 | - | 4.061 |
| Imposto sobre serviços - ISS | 2.356 | - | 2.356 | 3.218 | - | 3.218 |
| PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retidos na Fonte) | 7.094 | - | 7.094 | 6.727 | - | 6.727 |
| Outros tributos e contribuições | 1.962 | - | 1.962 | 1.516 | - | 1.516 |
| Total | 128.901 | 8.197 | 137.098 | 133.828 | 10.052 | 143.880 |

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

19. Empréstimos e financiamentos

| Moeda estrangeira: | 31/12/2018 | 31/12/2017 | Início | Vencimento | Tipo de Amortização | Garantias | Encargos Financeiros |
|--|------------------|----------------|------------|------------|---------------------|--|----------------------------|
| União Federal - Bônus de Desconto | 4.455 | 3.794 | 15/08/1997 | 11/04/2024 | Ao Final | Recebíveis e conta reserva | USD + Libor + 1,0125% a.a. |
| União Federal - Bônus ao Par | 6.419 | 5.481 | 15/08/1997 | 11/04/2024 | Ao Final | Recebíveis e conta reserva | USD + 6,2% a.a. |
| Total moeda estrangeira | 10.874 | 9.275 | | | | | |
| Moeda nacional: | | | | | | | |
| Financiamentos | | | | | | | |
| Eletrobras | 21.413 | 29.130 | 03/03/2000 | 30/09/2023 | Mensal | Recebíveis e nota promissória | 6,95% a.a. |
| Banco do Nordeste - FNE | 5.327 | 26.635 | 29/12/2004 | 15/03/2019 | Mensal | Recebíveis, fiança bancária e conta reserva | 10% a.a. |
| BNDES FINAME (Capex 2012-2013) | 18.567 | 22.697 | 28/08/2013 | 15/06/2023 | Mensal | Recebíveis | 3,00% a.a. |
| BNDES FINEM (Capex 2012-2013) A | 20.208 | 33.493 | 28/08/2013 | 15/06/2020 | Mensal | Recebíveis | TJLP + 2,8% a.a. |
| BNDES FINEM (Capex 2012-2013) B | 20.215 | 33.504 | 28/08/2013 | 15/06/2020 | Mensal | Recebíveis | TJLP + 3,8% a.a. |
| BNDES FINEM (Capex 2012-2013) F | 499 | 743 | 28/08/2013 | 15/12/2020 | Mensal | Recebíveis e conta reserva | TJLP |
| BNDES (Capex 2014-2015) A | 53.181 | 68.576 | 28/12/2015 | 15/12/2021 | Mensal | Recebíveis | TJLP + 3,1% a.a. |
| BNDES (Capex 2014-2015) B | 64.887 | 78.905 | 28/12/2015 | 15/12/2021 | Mensal | Recebíveis | SELIC + 3,18% a.a. |
| BNDES (Capex 2014-2015) FINAME | 10.832 | 16.827 | 28/12/2015 | 15/12/2023 | Mensal | Recebíveis | 9,50% a.a. |
| Empréstimos | | | | | | | |
| Itaú CCB | 50.946 | 102.225 | 20/03/2014 | 20/03/2019 | Anual | - | 112%CDI |
| Banco do Brasil (BB Agropecuário) | 75.670 | 227.635 | 12/11/2014 | 07/11/2019 | Semestral | - | 107% CDI |
| Nota Promissória -9ª emissão | 157.909 | - | 15/03/2018 | 15/03/2019 | Bullet | - | 104,9% CDI |
| BNB II | 264.061 | - | 29/03/2018 | 15/04/2028 | Mensal | fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária | IPCA + 2,18% a.a. |
| Enel Finance International N.V. | 300.627 | - | 18/12/2018 | 18/12/2019 | Bullet | - | 8,05% a.a. |
| Total moeda nacional | 1.064.342 | 640.370 | | | | | |
| Total de empréstimos e financiamentos | 1.075.216 | 649.645 | | | | | |
| Resultado das operações de Swap | (86) | (1.465) | | | | | |
| | 1.075.130 | 648.180 | | | | | |
| | | | | | | | |
| Circulante | 673.973 | 314.375 | | | | | |
| Não circulante | 401.243 | 335.270 | | | | | |
| | 1.075.216 | 649.645 | | | | | |

Segue a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

| | Moeda Nacional | | Moeda Estrangeira | |
|--|----------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 314.285 | 326.085 | 90 | 9.185 |
| Captações | 769.998 | 260.906 | - | - |
| Encargos provisionados | 49.504 | - | 515 | - |
| Encargos pagos | (43.185) | - | (490) | - |
| Variação monetária e cambial | 5.492 | 2.153 | - | 1.574 |
| Transferências | 198.660 | (198.660) | - | - |
| Amortizações | (620.656) | - | - | - |
| Juros incorporados ao principal | (240) | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 673.858 | 390.484 | 115 | 10.759 |

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

Abaixo seguem as condições contratuais:

| Contratos | Objeto | Valor contratado | Plano de Investimento | Desembolsado | Garantias |
|----------------------------------|---|------------------|-----------------------|--------------|--|
| Financiamentos | | | | | |
| BNDES (Capex 2012-2013) | Financiamento do CAPEX | 217.185 | 2012/2013 | 89% | Receíveis |
| BNDES (Capex 2014-2015) | Financiamento do CAPEX | 215.126 | 2014/2015 | 92% | Receíveis |
| Eletrobras | Luz Para Todos | 134.085 | 2004 | 86% | Receíveis e nota promissória |
| Banco do Nordeste - FNE | FNE/PROINFRA | 106.187 | 2011 | 100% | Receíveis, fiança bancária e conta reserva |
| Empréstimos | | | | | |
| Bônus de Desconto e Bônus ao Par | Refinanciamento dívida | * 3.001 | - | 100% | Receíveis e conta reserva |
| Itaú CCB | Capital de giro | 150.000 | - | 100% | - |
| BB Agropecuário e Aditivo II | Capital de giro | 300.000 | - | 100% | - |
| Nota Promissória - 9ª emissão | Financiamento do CAPEX | 150.000 | 2018 | 100% | - |
| BNB II | Financiamento de projetos de ampliação e modernização | 260.906 | 2018/2019 | 77% | Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária |
| SAFRA CCB | Capital de giro | 90.000 | - | 100% | - |
| Bradesco Conta Garantida III | Capital de giro | 79.628 | - | 100% | - |
| Enel Finance Internation N.V. | Capital de giro | 300.000 | - | 100% | - |

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nos empréstimos com Itaú CCB, Eletrobrás, Banco do Brasil Agropecuário e Nota Promissória - 9ª emissão, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 31 de dezembro de 2018:

| Contratos | Obrigações Especiais Financeiras | Limite | Periodicidade de Apuração dos Índices |
|------------------------------|---|--------|---------------------------------------|
| BNDES / Itaú CCB | Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo) | 3,50 | Anual |
| BNDES / Itaú CCB | Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo) | 0,60 | Anual |
| BB Agropecuário | Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo) | 3,00 | Anual |
| Eletrobrás | Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo) | 3,00 | Trimestral |
| Nota Promissória -9ª emissão | Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo) | 3,50 | Trimestral |

BNDES e Itaú CCB

- LAJIDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização;
- Endividamento Financeiro Líquido é o Endividamento bancário de curto prazo mais Endividamento Bancário Longo Prazo menos o Disponível e Aplicações Financeiras (caixa e equivalente e títulos e valores mobiliários).

BB Agropecuário

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total;
- EBITDA para fins de cálculo dessa obrigação significa o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização.

Eletrobrás e Nota Promissória - 9ª emissão

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total;

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

- EBITDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

| 31/12/2018 | | | | |
|------------|--------|--------|-----------|----------------------|
| 2020 | 2021 | 2022 | Após 2022 | Total não Circulante |
| 87.037 | 82.602 | 41.342 | 190.262 | 401.243 |

20. Debêntures

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | Emissão | Vencimento | | Remuneração | Tipo de amortização | Quantidade de títulos |
|---------------------------------|----------------|----------------|------------|------------|------------|--------------------|---------------------|-----------------------|
| | | | | Inicial | Final | | | |
| 2ª Série 3ª emissão | - | 146.086 | 17/10/2011 | 15/10/2016 | 17/10/2018 | IPCA + 6,85% a.a. | Anual | 29.600 |
| 1ª Série 5ª emissão | 350.876 | 350.934 | 15/12/2017 | 22/12/2017 | 15/12/2022 | CDI+0,80% a.a. | Anual | 350.000 |
| 2ª Série 5ª emissão | 155.835 | 150.511 | 15/12/2017 | 22/12/2017 | 15/12/2024 | IPCA + 6,001% a.a. | Anual | 150.000 |
| 1ª Série 6ª emissão | 40.102 | - | 15/06/2018 | 15/06/2018 | 15/06/2023 | CDI+0,95% a.a. | Bullet | 40.000 |
| 2ª Série 6ª emissão | 277.416 | - | 15/06/2018 | 15/06/2018 | 15/06/2025 | IPCA + 6,20% a.a. | Anual | 270.000 |
| (-) Custo de transação | (11.088) | (4.622) | | | | | | |
| Total sem efeito de swap | <u>813.141</u> | <u>642.909</u> | | | | | | |
| Resultado das operações de swap | - | - | | | | | | |
| Total de debêntures | <u>813.141</u> | <u>642.909</u> | | | | | | |
| Circulante | 1.761 | 147.121 | | | | | | |
| Não circulante | 811.380 | 495.788 | | | | | | |
| | <u>813.141</u> | <u>642.909</u> | | | | | | |

Em 31 de dezembro de 2018 as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Abaixo segue disposta a movimentação das debêntures no período:

| | Circulante | Não circulante | Total |
|---------------------------------|--------------|----------------|----------------|
| Em 31 de dezembro de 2017 | 147.121 | 495.788 | 642.909 |
| Atualização monetária | 5.493 | 12.061 | 17.554 |
| Captações | - | 310.000 | 310.000 |
| Amortizações | (149.431) | - | (149.431) |
| Transferências | (276) | 276 | - |
| Encargos provisionados | 51.985 | - | 51.985 |
| Encargos pagos | (53.410) | - | (53.410) |
| Constituição custo de transação | (1.124) | (6.745) | (7.869) |
| Apropriação custo de transação | 1.403 | - | 1.403 |
| Em 31 de dezembro de 2018 | <u>1.761</u> | <u>811.380</u> | <u>813.141</u> |

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

Em 15 de junho de 2018, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária dividida em 2 (duas) séries: 1ª emissão, de R\$ 40 milhões e 2ª emissão de R\$ 270 milhões, totalizando R\$ 310 milhões, destinadas, exclusivamente a implementação do programa de investimentos da Companhia.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

| 2ª Série 3ª emissão | | |
|---|--|------------|
| Obrigações especiais financeiras | | Limite (%) |
| Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo) | | 2,50 |
| EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo) | | 2,75 |
| 1ª Série e 2ª Série (5ª emissão) | | Limite (%) |
| Obrigações especiais financeiras | | |
| Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo) | | 3,50 |

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total;
- EBITDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos.

A curva de amortização das debentures do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

| | 2020 | 2021 | Após 2021 | Total |
|------------------------|---------|---------|-----------|----------|
| 1ª Série 5ª emissão | - | 175.000 | 175.000 | 350.000 |
| 2ª Série 5ª emissão | - | - | 155.697 | 155.697 |
| 1ª Série 6ª emissão | - | - | 40.000 | 40.000 |
| 2ª Série 6ª emissão | - | - | 276.771 | 276.771 |
| (-) Custo de transação | (2.087) | (2.087) | (6.914) | (11.088) |
| Total a amortizar | (2.087) | 172.913 | 640.554 | 811.380 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

21. Taxas regulamentares

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|----------------|----------------|
| Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 9) | 337.125 | 338.159 |
| Encargos emergenciais | 2.467 | 2.467 |
| P&D e Eficiência Energética | 78.823 | 92.325 |
| Conta centralizadora de recursos de banceira tarifária - CCRBT | 25.598 | 38.302 |
| Outros | 1.463 | 1.510 |
| Total | <u>445.476</u> | <u>472.763</u> |
| | | |
| Circulante | 377.012 | 387.223 |
| Não Circulante | 68.464 | 85.540 |

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

(b) Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Companhia de aplicar 1% da receita operacional líquida regulatória em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME). A partir de 03 de maio de 2016, por meio da lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao Programa de Eficiência Energética será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). A atualização das parcelas referentes a PEE e P&D é efetuada mensalmente pela taxa de juros da SELIC.

Os valores apresentados no não circulante, são exclusivamente do programa de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

(c) Conta centralizadora de recursos de bandeira tarifária

A partir de 2015, os custos variáveis da energia do mercado regulado passaram a ser cobertos pelos adicionais das Bandeiras Tarifárias, que têm como objetivo sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica. Nesse sentido, o Decreto nº 8.401, de 5 fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com o objetivo de administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias.

As faixas de acionamento e os valores para as bandeiras tarifárias foram estabelecidos pela Aneel por meio da Resolução Homologatória nº 1.859/15, de 3 de março de 2015. As bandeiras são divididas em verde, quando há condições favoráveis para a geração de energia e não há necessidade de cobrança adicional; amarela, quando as condições tornam-se menos favoráveis e a tarifa passa a sofrer um acréscimo a cada quilowatt-hora (kWh) consumido; e vermelha, quando a produção de energia é mais custosa e a tarifa sofre um acréscimo maior.

22. Partes relacionadas

| Empresas | Ref | Natureza da operação | 31/12/2018 | | | | 31/12/2017 | | | 31/12/2017 | | |
|---|-----|-----------------------|------------------|--------------------|------------------------|--------------------|--------------|------------------|--------------------|------------------------|--------------------|------------|
| | | | Ativo circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Receita/ (Despesa) | Intangível | Ativo circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Receita/ (Despesa) | Intangível |
| Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF | (a) | Compra de energia | - | - | - | (1.022.944) | - | - | 111.387 | - | (1.002.576) | - |
| Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF | (a) | Serviços | - | 23 | - | 80 | - | - | - | - | 90 | - |
| Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. | (b) | Compra de energia | - | - | - | - | - | - | - | - | (251) | - |
| Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. | (b) | Serviços | - | 23 | - | 135 | - | - | 136 | - | 102 | - |
| Enel Cien S.A. | (c) | Encargo de Uso | - | 496 | - | (3.899) | - | - | 435 | - | (2.857) | - |
| Enel Cien S.A. | (c) | Serviços | - | 58 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Fundação Coelbe de Seguridade Social - FAELCE | (d) | Plano de pensão | - | 2.377 | 112.102 | (10.240) | 1.251 | - | 2.593 | 99.047 | (13.400) | 799 |
| Enel Soluções S.A. | (e) | Agente de Arrecadação | 109 | 3.333 | - | (10.529) | - | 100 | 2.467 | - | (9.590) | - |
| Enel Green Power | (f) | Compra de energia | - | 85 | - | (1.073) | - | - | 86 | - | (1.100) | - |
| Enel Green Power | (f) | Serviços | - | 213 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Enel Itália | (g) | Serviços | - | 3.546 | - | - | - | - | 9.527 | - | (7.800) | - |
| Enel distribuição SPA | (g) | Serviços | - | 2.616 | - | - | - | - | 2.615 | - | - | - |
| Enel Iberoamérica | (g) | Serviços | - | - | - | - | - | - | - | - | (16) | - |
| Enel Brasil S.A. | (h) | Dividendos | - | 53.910 | - | - | - | - | 63.323 | - | - | - |
| Enel Brasil S.A. | (i) | Serviços | - | 22.773 | - | (12.148) | - | 1.242 | - | - | - | - |
| Enel Green Power Projetos I S.A. | (j) | Compra de energia | - | 576 | - | (7.503) | - | - | - | - | - | - |
| Enel Green Power Projetos I S.A. | (j) | Serviços | 178 | 5 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Enel SPA | (k) | Serviços | 442 | - | - | 443 | - | - | - | - | - | - |
| Celg Distribuição S.A. - CELG D. | (l) | Serviços | - | 1.225 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ampla Energia e Serviços S.A. | (m) | Serviços | 698 | 407 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Enel Finance International N.V. | (n) | Mútuos | - | 300.627 | - | (627) | - | - | - | - | - | - |
| | | | 1.427 | 392.293 | 112.102 | (1.068.305) | 1.251 | 1.342 | 192.569 | 99.047 | (1.037.398) | 799 |
| (-) Plano de pensão | | | - | 2.377 | 112.102 | (10.240) | - | - | 2.593 | 99.047 | (13.400) | - |
| Parte relacionadas | | | 1.427 | 389.916 | - | (1.058.065) | 1.251 | 1.342 | 189.976 | - | (1.023.998) | 799 |

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- a) Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (CGTF): (Compra de Energia) decorre substancialmente de operações de compra de energia por parte da Companhia cujo preço normativo é estabelecido pela ANEEL reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGP-M, do Dólar norte-americano e do gás natural contratado;

- (Serviços) é decorrente de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016.
- b) Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (Compra de Energia) Até 11 de julho de 2017, os saldos contábeis refletem as operações de compra de energia por parte da Companhia oriundos de leilão CCEAR 15º LEE 2015 ou MCSD 15º LEE 2015. A partir desta data, a movimentação contábil decorre dos efeitos da compensação financeira, celebrada nos moldes da Resolução Normativa nº 711/2016 da Aneel, correspondente a rescisão bilateral do contrato de comercialização de energia elétrica; (Serviços) é decorrente de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016.
- c) Enel Cien S.A.: (Encargo de Uso) despesas com a Rede Básica no período, esses contratos são homologados pela ANEEL mediante despacho; (Serviços) é decorrente de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016.
- d) FAELCE - Fundação Coelce de Seguridade Social - Plano de pensão: A Companhia realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como "Benefício Definido" e "Contribuição Definida";
- e) Enel Soluções S.A.: decorre substancialmente de contratos para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia;
- f) Enel Green Power: (Compra de Energia) decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL, com Enel Green Power Paranapanema e Enel Green Power Mourão; (Serviços) é decorrente de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016.
- g) Enel Itália, Enel Distribuzione SPA: tem como objeto das operações a manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM encerrando o período de dezembro de 2018 com um passivo em aberto de R\$ 6.162;
- h) Enel Brasil S.A.: decorre dos dividendos a pagar referentes ao último exercício social. Do total, registrado no passivo circulante de R\$ 73.357 em 31 de dezembro de 2018, R\$ 19.447 em dezembro de 2018, é referente aos dividendos a pagar para terceiros;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

- i) Enel Brasil S.A.: decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, registrado pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 547, DE 12 DE MARÇO DE 2018.
- j) Enel Green Power Projetos I S.A.: (Compra de Energia) decorre de operações de compra de energia por parte da Companhia cujo preço normativo é estabelecido pela ANEEL reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGP-M, do Dólar norte-americano e do gás natural contratado; (Serviços) decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, registrado pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 547, DE 12 DE MARÇO DE 2018.
- k) Enel S.P.A.: decorre de compartilhamento de recurso especializado para gerenciamento e apoio operacional.
- l) Celg Distribuição S.A. - CELG D.: decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 547, DE 12 DE MARÇO DE 2018.
- m) Ampla Energia e Serviços S.A.: decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 547, DE 12 DE MARÇO DE 2018.
- n) Enel Finance International N.V.: mútuos contratados em dezembro de 2018 devido à necessidade de capital de giro da Companhia (Vide Nota 19);

Segue detalhe abaixo dos mútuos que foram referenciados nas letras (n):

| | 31/12/2018 | | |
|--|------------|------------|----------------|
| | Circulante | | Não circulante |
| Empréstimos com partes relacionadas | Encargo | Principal | |
| Enel Finance International N.V. | 627 | 300.000 | - |
| Total de Empréstimos com partes relacionadas | 627 | 300.000 | - |
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 12 meses |
| Encargos de empréstimos com partes-relacionadas | | | |
| Enel Finance International N.V. | 627 | - | 627 |
| Total de Encargos de empréstimos com parte relacionada | 627 | - | 627 |

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2018 segue no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

| | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Benefícios de curto prazo a empregados e administradores | 1.004 | 1.813 |
| Benefícios pós-emprego | 188 | 130 |
| Outros benefícios de longo prazo | 402 | 1.403 |
| Salários e encargos | 5.030 | 4.707 |
| Total | <u>6.624</u> | <u>8.053</u> |

23. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

A Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas "em cascata".

b) Plano de Benefício Definido (BD)

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e seis meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

c) Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei nº 9.656/1998;
- Aposentados Lei nº 9.656/1998 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei nº 9.656/1998. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;
- Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$ 83.184 em 31 de dezembro de 2018.

Os planos de assistência médica e FGTS para dezembro de 2018 apresentaram um passivo total de R\$ 114.479 (R\$ 101.640 em 31 de dezembro de 2017) atestado por avaliação independente.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

Análise da obrigação atuarial

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

| | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 1.133.948 | 1.088.550 |
| Custo dos serviços correntes | 2.044 | 3.079 |
| Contribuição dos participantes | 1.972 | 2.166 |
| Custos dos juros | 105.387 | 126.865 |
| Benefícios pagos pelo plano | (93.665) | (80.217) |
| Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial | 45.483 | (6.495) |
| Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício | <u>1.195.169</u> | <u>1.133.948</u> |

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

| | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 1.191.046 | 1.100.703 |
| Retorno esperado dos ativos do plano | 113.146 | 130.284 |
| Contribuições recebidas de participantes do plano | 1.972 | 2.166 |
| Contribuições recebidas do empregador | 20.970 | 15.841 |
| Benefícios pagos pelo plano | (93.665) | (80.217) |
| Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano | (69.595) | 22.269 |
| Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício | <u>1.163.874</u> | <u>1.191.046</u> |

Conciliação de abertura e fechamento do efeito de teto do ativo de benefício definido

| | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício | 158.738 | 108.875 |
| Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido | 15.955 | 13.741 |
| Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente | (91.509) | 36.122 |
| | <u>83.184</u> | <u>158.738</u> |

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

| | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Valor presente das obrigações atuariais | 1.195.169 | 1.133.948 |
| Valor justo dos ativos | <u>(1.163.874)</u> | <u>(1.191.046)</u> |
| Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos | 31.295 | (57.098) |
| Efeito do limite para reconhecimento do ativo | <u>83.184</u> | <u>158.738</u> |
| (Ativo) passivo atuarial líquido | <u>114.479</u> | <u>101.640</u> |
| (Ativo) passivo atuarial líquido apurado | <u><u>114.479</u></u> | <u><u>101.640</u></u> |
| | | |
| Circulante | 2.377 | 2.593 |
| Não Circulante | 112.102 | 99.047 |

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

| | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Custo do serviço corrente bruto | 4.016 | 5.244 |
| Contribuições de participante | <u>(1.972)</u> | <u>(2.166)</u> |
| Custo do serviço líquido | <u><u>2.044</u></u> | <u><u>3.078</u></u> |
| | | |
| Juros sobre a obrigação atuarial | 105.387 | 126.865 |
| Rendimento esperado dos ativos no ano | <u>(113.146)</u> | <u>(130.284)</u> |
| Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido | <u>15.955</u> | <u>13.741</u> |
| Juros líquidos sobre o passivo | <u><u>8.196</u></u> | <u><u>10.322</u></u> |
| Total reconhecido na DRE | <u><u>10.240</u></u> | <u><u>13.400</u></u> |

Categoria principal de ativos que cada plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

| | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Renda fixa | 965.069 | 987.334 |
| Renda variável | 57.054 | 65.083 |
| Investimentos imobiliários | 99.397 | 113.105 |
| Outros | 42.354 | 25.524 |
| Total do valor justo dos ativos do plano | <u><u>1.163.874</u></u> | <u><u>1.191.046</u></u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|---------------|--------------|
| (Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais | 45.483 | (6.495) |
| (Ganho)/Perda sobre os ativos | 69.595 | (22.269) |
| Variação na restrição de reconhecimento do ativo | (91.507) | 36.121 |
| Montante reconhecido no exercício em ORA | <u>23.571</u> | <u>7.357</u> |

Retorno real dos ativos dos planos

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---------------|----------------|
| Retorno esperado sobre os ativos do plano | 113.146 | 130.284 |
| Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano | (69.595) | 22.269 |
| Retorno real sobre os ativos dos planos | <u>43.551</u> | <u>152.553</u> |

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

| Especificação | Planos BD | Plano CD | Plano Médico | Plano FGTS |
|--|---------------|---------------|---------------|-------------|
| Taxa de desconto | 9,04% | 8,63% | 9,10% | 7,90% |
| Taxa de rendimento esperado dos ativos | 9,04% | 8,63% | N/A | N/A |
| Taxa de crescimento salarial | 5,04% | 5,04% | N/A | 5,04% |
| Taxa de inflação esperada | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% |
| Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada | 4,00% | 4,00% | N/A | N/A |
| Tábua de mortalidade geral | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 |
| Tábua de entrada em invalidez | Light-Média | Light-Média | Light-Média | Light-Média |
| Tábua de mortalidade de inválidos | AT-49 + 6anos | AT-49 + 6anos | AT-49 + 6anos | N/A |

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

Provisões com risco provável

| | 31/12/2017 | Adições | Reversões | Atualização | | 31/12/2018 |
|--------------|----------------|---------------|-----------------|---------------|-----------------|----------------|
| | | | | Monetária | Pagamentos | |
| Trabalhistas | 37.662 | 11.692 | (16.490) | 2.989 | (4.271) | 31.582 |
| Cíveis | 92.629 | 39.745 | (33.497) | 23.803 | (8.531) | 114.149 |
| Fiscais | 1.991 | 114 | (2.208) | 111 | (8) | - |
| Regulatório | 19.373 | - | (4.698) | - | - | 14.675 |
| Total | 151.655 | 51.551 | (56.893) | 26.903 | (12.810) | 160.406 |

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa nº 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui, basicamente, ações de natureza trabalhista, cível e fiscal, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas possíveis estão assim representadas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------|------------------|------------------|
| Trabalhistas | 81.538 | 62.126 |
| Cíveis | 996.567 | 872.532 |
| Fiscais | 584.575 | 515.739 |
| Juizados especiais | 3.483 | 3.798 |
| | <u>1.666.163</u> | <u>1.454.195</u> |

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

- a) No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito - consumidor baixa renda; (vi) imposto em determinadas operações; e (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 488.364 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 426.523 em 31 de dezembro de 2017);
- b) No âmbito municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 44.657 e R\$ 4.328 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 42.847 e R\$ 4.125 em 31 de dezembro de 2017).
- c) Em relação aos tributos federais, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL e COFINS que totalizam o valor de R\$ 34.338 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 32.971 em 31 de dezembro de 2017);
- d) No âmbito cível, refere-se à responsabilidade solidária com prestadores de serviços e danos materiais e morais, além disso, engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------|---------------|---------------|
| Trabalhistas | 15.920 | 16.650 |
| Cíveis | 21.394 | 21.091 |
| Fiscais | 4.043 | 3.935 |
| Total | 41.357 | 41.676 |

25. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social é composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

| | Ações ordinárias (em unidade) | | Ações preferenciais (em unidade) | | | | Total (II) | | Total (em unidades) (I) + (II) | |
|---------------------------------|----------------------------------|----------------|----------------------------------|----------------|------------------|----------------|-------------------|----------------|-----------------------------------|----------------|
| | Total (I) | | Classe A | | Classe B | | | | | |
| Enel Brasil S.A. | 47.064.245 | 97,91% | 10.588.006 | 37,48% | 424 | 0,03% | 10.588.430 | 35,55% | 57.652.675 | 74,05% |
| Eletrobrás | - | 0,00% | 3.967.756 | 14,04% | 1.531.141 | 99,77% | 5.498.897 | 18,46% | 5.498.897 | 7,06% |
| Fundos e Clubes de Investimento | 4.710 | 0,01% | 5.807.898 | 20,56% | - | 0,00% | 5.807.898 | 19,50% | 5.812.608 | 7,47% |
| Fundo de Pensão | 919.403 | 1,91% | 3.087.589 | 10,93% | - | 0,00% | 3.087.589 | 10,37% | 4.006.992 | 5,15% |
| Outros | 79.579 | 0,17% | 4.801.451 | 16,99% | 3.097 | 0,20% | 4.804.548 | 16,13% | 4.884.127 | 6,28% |
| Total de Ações | 48.067.937 | 100,00% | 28.252.700 | 100,00% | 1.534.662 | 100,00% | 29.787.362 | 100,00% | 77.855.299 | 100,00% |

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de novembro de 2017, a acionista Enel Brasil S.A aprovou, dentro do limite de seu capital autorizado, aumento de capital social. Em decorrência do referido aumento de capital foram emitidas novas ações, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pela Enel Américas S.A. Parte do aumento aqui tratado foi integralizado mediante contribuição e transferência para a Enel Brasil S.A de 3.002.812 ações ordinárias, 8.818.006 ações preferenciais classe A, e 424 ações preferenciais classe B de emissão da Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Coelce"), as quais foram devidamente avaliadas, conforme laudos de avaliação elaborados pelo BBVA Brasil Banco de Investimento S.A., na forma do artigo 8º da Lei no 6.404/76.

As ações de emissão da Coelce transferidas à Enel Brasil S.A como parte da integralização do aumento de capital social mencionado acima representam a totalidade das ações que a Enel Américas S.A detinha na Coelce, de modo que a Enel Américas S.A, com a referida integralização, ocorrida em 23 de novembro de 2017, deixou de ser acionista da Coelce, tendo todas as suas ações passado para a titularidade da Enel Brasil S.A, que passou a deter 57.652.675 ações de emissão a Coelce, sendo 47.064.245 ordinárias e 10.588.430 preferenciais, correspondentes a 74,05% do capital total da Coelce.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2018, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$125.100.000,00 (cento e vinte e cinco milhões e cem mil reais), sem emissão de novas ações, decorrente da capitalização do saldo da Reserva de Capital de Giro. Em função do dito aumento, o capital social da Companhia passou a ser de R\$741.046.885,77 (setecentos e quarenta e um milhões, quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos).

b) Capital social Autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 (trezentos bilhões) de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 (cem bilhões) ações ordinárias, 193.352.996.180 (cento e noventa e três bilhões, trezentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e noventa e seis mil, cento e oitenta) ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 (seis bilhões, seiscentos e quarenta e sete milhões, três mil, oitocentas e vinte) ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

d) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

Em 26 de abril de 2018, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Companhia aprovou a capitalização parcial do Saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, no valor de R\$125.100.000,00 (cento e vinte e cinco milhões e cem mil reais)) sem a emissão de novas ações.

A Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

e) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

O processo de modernização foi comprovado perante à SUDENE, por meio de documentação e verificação pela visita técnica que a Companhia recebeu dos analistas da SUDENE.

Projeto Atendido: Modernização Total na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Início do prazo de fruição do benefício: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025; Prazo total de fruição: 10 anos; Término do prazo de fruição do benefício: ano-calendário de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis. Conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do decreto - lei nº 1.598/77.

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da lei foi contabilizado no resultado do período, em 31 de dezembro de 2018 o montante foi de R\$ 73.348 (31 de dezembro de 2017: R\$ 95.878).

f) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide Nota 11.

g) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será inferior a 25% do lucro líquido ajustado.

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|-----------------|----------------|
| Lucro do exercício | 364.520 | 435.779 |
| (-) Incentivo fiscal - SUDENE | (73.348) | (95.878) |
| (+) Reversão de dividendos prescritos | 30 | 56 |
| Lucro ajustado | <u>291.202</u> | <u>339.957</u> |
| Dividendo mínimo obrigatório | (72.801) | (84.989) |
| Dividendo adicional proposto | <u>(72.801)</u> | <u>-</u> |
| | 145.600 | 254.968 |
| Adoção inicial IFRS 9 | 4.330 | - |
| Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego) | (15.557) | (4.856) |
| Reserva reforço de capital de giro | <u>134.373</u> | <u>250.112</u> |

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

Os dividendos mínimos, por classe de ação estão demonstrados a seguir:

| Tipo de Aplicação | 25% sobre o lucro líquido ajustado | | Dividendos mínimos sobre capital social | | Dividendos mínimos obrigatórios | |
|-----------------------|------------------------------------|------------|---|------------|---------------------------------|------------|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Ações Ordinárias | 44.947 | 52.472 | 1.461 | - | 44.947 | 52.472 |
| Ações Preferenciais A | 26.419 | 30.842 | 13.411 | 13.411 | 26.419 | 30.842 |
| Ações Preferenciais B | 1.435 | 1.675 | 1.214 | 1.214 | 1.435 | 1.675 |
| Total | 72.801 | 84.989 | 16.086 | 14.625 | 72.801 | 84.989 |

h) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

26. Lucro por ação

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| Numerador (em R\$ mil) | | |
| Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia | | |
| Lucro disponível aos acionistas ordinários | 225.055 | 269.050 |
| Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A | 132.280 | 158.139 |
| Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B | 7.185 | 8.590 |
| | 364.520 | 435.779 |
| Denominador (em unidades de ações) | | |
| Número de ações ordinárias | 48.067.937 | 48.067.937 |
| Número de ações preferenciais - Classe A | 28.252.700 | 28.252.700 |
| Número de ações preferenciais - Classe B | 1.534.662 | 1.534.662 |
| | 77.855.299 | 77.855.299 |
| Percentual por ação | | |
| Ações ordinárias | 61,7401% | 61,7401% |
| Ações preferenciais - classe A | 36,2887% | 36,2887% |
| Ações preferenciais - classe B | 1,9712% | 1,9712% |
| Resultado básico e diluído por ação (em R\$) | | |
| Ação ordinária | 4,6820 | 5,5973 |
| Ação preferencial - Classe A | 4,9629 | 5,9331 |
| Ação preferencial - Classe B | 5,1502 | 6,1570 |

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

27. Receita líquida

| | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Fornecimento faturado | 5.354.113 | 5.136.106 |
| Fornecimento não faturado | 207.649 | 184.429 |
| Consumidores | <u>5.561.762</u> | <u>5.320.535</u> |
| Ativos e passivos financeiros setoriais | 61.725 | 137.222 |
| Subvenção baixa renda | 210.102 | 200.012 |
| Subvenção CDE - desconto tarifário | 250.483 | 249.949 |
| Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda | 279.722 | 183.110 |
| Receita de construção | 885.970 | 693.883 |
| Outras receitas | 260.559 | 74.238 |
| Receita operacional bruta | <u>7.510.323</u> | <u>6.858.949</u> |
| (-) Deduções da receita | | |
| ICMS | (1.382.420) | (1.314.438) |
| COFINS | (502.785) | (474.222) |
| PIS | (109.157) | (102.956) |
| P&D | (41.166) | (38.354) |
| Ressarcimento P&D (a) | 32.870 | - |
| Encargo setorial CDE | (398.235) | (327.710) |
| Taxa de fiscalização | (5.644) | (5.785) |
| Outros impostos e contribuições sobre a receita | (1.542) | (1.065) |
| Total de deduções de receita | <u>(2.408.079)</u> | <u>(2.264.530)</u> |
| Total | <u><u>5.102.244</u></u> | <u><u>4.594.419</u></u> |

- (a) Em abril de 2018, a Companhia recebeu crédito bancário de R\$ 32.870 correspondente ao ressarcimento de P&D oriundo do ressarcimento do adicional de 0,3% sobre a Receita Operacional Líquida, instituído pela Lei 12.111/2009.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

28. Receitas (custos/despesas) operacionais

| Descrição | 31/12/2018 | | | | | 31/12/2017 | | | | |
|---|--------------------|-------------------|-----------------------------------|---------------|--------------------|--------------------|-------------------|-----------------------------------|---------------|--------------------|
| | Custo do serviço | Despesa de vendas | Despesas gerais e Administrativas | Outras | Total | Custo do serviço | Despesa de vendas | Despesas gerais e Administrativas | Outras | Total |
| Pessoal | (120.066) | - | (46.951) | - | (167.017) | (114.230) | - | (47.108) | - | (161.338) |
| Material | (16.990) | - | (474) | - | (17.464) | (17.604) | - | (492) | - | (18.096) |
| Serviços de terceiros | (293.473) | (1.756) | (49.262) | - | (344.491) | (281.306) | (1.552) | (41.934) | - | (324.792) |
| Energia elétrica comprada para revenda | (2.599.577) | - | - | - | (2.599.577) | (2.385.638) | - | - | - | (2.385.638) |
| Encargos do uso do sistema de transmissão | (278.178) | - | - | - | (278.178) | (144.647) | - | - | - | (144.647) |
| Depreciação e amortização | (191.891) | - | (13.138) | - | (205.029) | (160.913) | - | (13.462) | - | (174.375) |
| Custo na desativação de bens | (33.553) | - | - | - | (33.553) | (22.165) | - | - | - | (22.165) |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa | - | (49.429) | - | - | (49.429) | - | (33.044) | - | - | (33.044) |
| Custo de construção | (885.970) | - | - | - | (885.970) | (693.883) | - | - | - | (693.883) |
| Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | - | - | 5.342 | - | 5.342 | - | - | (2.159) | - | (2.159) |
| Indenizações DIC / FIC | - | - | - | - | - | (11.050) | - | - | - | (11.050) |
| Perda de recebíveis de clientes | - | (7.220) | - | - | (7.220) | - | (13.171) | - | - | (13.171) |
| Outras despesas operacionais | (19.048) | - | (27.589) | (5.318) | (51.955) | (18.034) | - | (21.269) | (2.337) | (41.640) |
| Receita de multas por impontualidade de clientes | - | - | - | 47.285 | 47.285 | - | - | - | 47.034 | 47.034 |
| Outras receitas operacionais | - | - | - | 2.865 | 2.865 | - | - | - | 2.994 | 2.994 |
| Total | (4.438.746) | (58.405) | (132.072) | 44.832 | (4.584.391) | (3.849.470) | (47.767) | (126.424) | 47.691 | (3.975.970) |

A energia elétrica comprada para revenda foi impactada pelo aumento de 4,63% no custo médio de compra em relação ao mesmo período do ano anterior. Na linha de encargos de uso do sistema de transmissão houve um aumento nos contratos em especial nas transações com as empresas do grupo que entraram em operação e também o próprio aumento do custo devido condições de mercado.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

29. Resultado financeiro

| | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Receitas financeiras | | |
| Renda de aplicação financeira | 4.997 | 9.562 |
| Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes | 32.385 | 31.960 |
| Receita de ativo indenizável | 59.482 | 41.331 |
| Variação monetária de ativos financeiros setoriais | 14.865 | - |
| Variações monetárias de dívidas | 1.979 | 2.165 |
| Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap | 26.865 | - |
| Juros fundo de pensão | 152 | 248 |
| Outras receitas financeiras | 12.176 | 7.782 |
| Total das receitas financeiras | <u>152.901</u> | <u>93.048</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Variações monetárias de dívidas | (21.664) | (10.082) |
| Encargos de dívidas | (88.448) | (94.149) |
| Encargos fundo de pensão | (8.348) | (10.570) |
| Variação monetária de passivos financeiros setoriais | - | (10.502) |
| Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | (26.903) | (14.612) |
| Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap | (29.691) | - |
| Atualizações de impostos | (3.475) | (1.258) |
| Atualização P&D/PEE | (771) | (1.484) |
| IOF/IOC | (2.124) | (1.416) |
| Outras multas | (1.486) | (10.635) |
| Outras despesas financeiras | (33.534) | (14.308) |
| Total das despesas financeiras | <u>(216.444)</u> | <u>(169.016)</u> |
| Resultado financeiro | <u>(63.543)</u> | <u>(75.968)</u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

30. Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

| | 31/12/2018 | | 31/12/2017 | |
|---|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 454.310 | 454.310 | 542.481 | 542.481 |
| Alíquota nominal dos tributos | 15% | 9% | 15% | 9% |
| Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês | 10% | - | 10% | - |
| | (113.554) | (40.888) | (135.596) | (48.823) |
| Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo | | | | |
| Incentivos fiscais | 73.348 | - | 95.878 | - |
| Permanentes - despesas e multas | (5.976) | (2.720) | (12.945) | (5.216) |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | <u>(46.182)</u> | <u>(43.608)</u> | <u>(52.663)</u> | <u>(54.039)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (100.935) | (36.974) | (127.908) | (46.675) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (18.595) | (6.634) | (20.633) | (7.364) |
| Incentivo fiscal | 73.348 | - | 95.878 | - |
| Total | <u>(46.182)</u> | <u>(43.608)</u> | <u>(52.663)</u> | <u>(54.039)</u> |

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20 / mês.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

| | Balancos Patrimoniais | | Demonstrações do resultado e resultado abrangente | |
|---|-----------------------|-----------------|---|-----------------|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| IR e CS sobre diferenças temporárias | 92.973 | 96.390 | (3.417) | (15.659) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 36.334 | 27.644 | 8.690 | (17.833) |
| Provisão para ações judiciais e regulatórias | 54.538 | 63.495 | (8.957) | (11.462) |
| Provisão para obsolescência de estoque | - | 38 | (38) | (977) |
| Outras | 2.101 | 5.213 | (3.112) | 14.613 |
| IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado | <u>(104.996)</u> | <u>(83.184)</u> | <u>(21.812)</u> | <u>(12.338)</u> |
| Ativo indenizável (concessão) | (105.213) | (84.989) | (20.224) | (14.052) |
| Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC) | (1.588) | - | (1.588) | 1.714 |
| Diferido perdas de bens | 1.805 | 1.805 | - | - |
| Subtotal - impacto no resultado do período | <u>(12.023)</u> | <u>13.206</u> | <u>(25.229)</u> | <u>(27.997)</u> |
| IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente | 60.052 | 53.858 | 6.194 | 1.976 |
| Plano de pensão | 62.397 | 54.383 | 8.014 | 2.501 |
| Instrumentos financeiros derivativos | (115) | (525) | 410 | (525) |
| IFRS 9 | (2.230) | - | (2.230) | - |
| Total | <u>48.029</u> | <u>67.064</u> | <u>(19.035)</u> | <u>(26.021)</u> |

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

31. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Ceará. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------------|------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 95.835 | 154.276 |
| Títulos e valores mobiliários | 67.980 | 82.206 |
| Instrumentos financeiros derivativos - swap | 86 | 1.465 |
| Consumidores e outras contas a receber | 974.642 | 892.615 |
| Ativos financeiros setoriais | 201.567 | 124.961 |
| Ativo indenizável (concessão) | 1.888.440 | 1.383.764 |
| | <u>3.228.550</u> | <u>2.639.287</u> |

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

No caso dos créditos com Consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de dezembro de 2018, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

| Instrumentos Financeiros Derivativos | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| AA- | 86 | 1.465 |
| Total geral | 86 | 1.465 |

| Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------|------------|
| AA- | - | 133.398 |
| AAA | 114.790 | 78 |
| AA+ | 36.294 | 100.934 |
| Banco Central do Brasil | 356 | 479 |
| Numerário em trânsito | 12.375 | 1.433 |
| Não avaliado | - | 160 |
| Total geral | 163.815 | 236.482 |

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e consequentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, sempre que aplicável, a Companhia contrata instrumentos derivativos (swaps) para as dívidas financeiras indexadas em moeda estrangeira (passando o custo para CDI, em Reais), com o objetivo estrito de proteção (Hedge). Em 31 de dezembro de 2018 a dívida em moeda estrangeira da Companhia não era significativa e não havia operações de derivativos vigentes em moeda estrangeira.

d) Risco de encargos de dívida (taxas de juros e inflação)

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 89% da dívida total indexada a taxas variáveis ou flutuantes, sendo que 6% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com recursos do BNDES. Com a baixa do CDI no início do período, a Companhia realizou operações de hedge de curto prazo fixando algumas operações as operações atreladas ao indexador (35% do total, sendo 6,7% objeto de hedge), de forma a garantir um custo fixo, sem estar exposto a possíveis variações do mercado.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações de resultados. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou um resultado positivo não realizado na operação de swap no montante de R\$ 86 (resultado positivo no montante de R\$ 1.465 em 31 de dezembro 2017), e possui registrado o saldo das perdas com os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 1.206 em 31 de dezembro de 2018 (saldo positivo no montante de R\$ 1.541 em 31 de dezembro 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía a seguinte exposição:

| Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários | 31/12/2018 | % | 31/12/2017 | % |
|---|----------------|-------------|----------------|-------------|
| Selic | 170 | 0,13% | 61 | 0% |
| CDI | 131.646 | 99,85% | 157.787 | 100% |
| Pré-Fixado | 34 | 0,03% | 129 | 0% |
| Total | 131.850 | 100% | 157.977 | 100% |

| Ativo Financeiro Indenizável | 31/12/2018 | % | 31/12/2017 | % |
|------------------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| IPCA | 1.888.440 | 100% | 1.383.764 | 100% |
| Total | 1.888.440 | 100% | 1.383.764 | 100% |

| Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos | 31/12/2018 | % | 31/12/2017 | % |
|---|------------------|-------------|------------------|-------------|
| Taxa fixa | 477.199 | 25% | 350.050 | 27% |
| TJLP | 94.103 | 5% | 136.316 | 11% |
| Selic | 64.887 | 3% | 78.905 | 6% |
| CDI | 550.316 | 29% | 349.578 | 27% |
| TR | - | 0% | 75.848 | 6% |
| IPCA | 697.311 | 37% | 296.598 | 23% |
| Libor | 4.455 | 0% | 3.794 | 0% |
| Total | 1.888.271 | 100% | 1.291.089 | 100% |

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A Companhia mantém linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, incluindo committed credit lines e uncommitted credit lines, através de contratos firmados, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 270.000.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 19 e 20, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 5 e 6, e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 26).

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2018 é de 37% (29% em 2017), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

| | Menos de um mês | De um a três meses | De três meses a um ano | De um a cinco anos | Mais de cinco anos | Total |
|--|--------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------|------------------|
| 31 de dezembro de 2018 | | | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados | 3.168 | 6.288 | 12.187 | 42.773 | 6.593 | 71.009 |
| Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados | 7.531 | 224.373 | 141.645 | 233.618 | 151.578 | 758.745 |
| Debêntures | - | - | 53.155 | 646.898 | 369.955 | 1.070.008 |
| Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas | - | - | 320.484 | - | - | 320.484 |
| | <u>10.699</u> | <u>230.661</u> | <u>527.471</u> | <u>923.289</u> | <u>528.126</u> | <u>2.220.246</u> |
| 31 de dezembro de 2017 | | | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados | 3.763 | 7.354 | 32.850 | 91.949 | 23.013 | 158.929 |
| Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados | 13.315 | 75.957 | 177.419 | 529.453 | 4.046 | 800.190 |
| Debêntures | - | - | 160.318 | 150.941 | - | 311.259 |
| | <u>17.078</u> | <u>83.311</u> | <u>370.587</u> | <u>772.343</u> | <u>27.059</u> | <u>1.270.378</u> |

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

| | De um a três | De três meses | De um a cinco anos | Total |
|---------------------------|--------------|---------------|--------------------|-------|
| 31 de dezembro de 2018 | 201 | 983 | - | 1.184 |
| "Swaps" de juros 11/12/17 | 201 | 983 | - | 1.184 |
| 31 de dezembro de 2017 | 56 | 748 | (100) | 704 |
| "Swaps" de juros 11/12/17 | 56 | 748 | (100) | 704 |

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

| Categoria | Nível | 31/12/2018 | | 31/12/2017 | | |
|--|-----------------------------------|------------|-------------|------------|-------------|-----------|
| | | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo | |
| Ativo | | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | Valor justo por meio de resultado | 2 | 95.835 | 95.835 | 154.276 | 154.276 |
| Títulos e valores mobiliários | Valor justo por meio de resultado | 2 | 67.980 | 67.980 | 82.206 | 82.206 |
| Cauções e depósitos | Custo amortizado | 2 | 38.564 | 38.564 | 25.485 | 25.485 |
| Consumidores e outras contas a receber | Custo amortizado | 2 | 974.642 | 974.642 | 892.615 | 892.615 |
| Ativos financeiros setoriais | Custo amortizado | 2 | 201.567 | 201.567 | 124.961 | 124.961 |
| Instrumentos financeiros derivativos - swap | Valor justo por meio de resultado | 2 | 337 | 337 | 1.465 | 1.465 |
| Ativo indenizável (concessão) | Valor justo por meio de resultado | 3 | 1.888.440 | 1.888.440 | 1.383.764 | 1.383.764 |
| Passivo | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos em moeda nacional | Custo amortizado | 2 | 1.064.342 | 668.978 | 640.370 | 641.467 |
| Debêntures em moeda nacional | Custo amortizado | 2 | 813.141 | 993.243 | 642.909 | 604.501 |
| Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira | Custo amortizado | 2 | 10.874 | 10.874 | 9.275 | 7.262 |
| Instrumentos financeiros derivativos - Swap | Valor justo por meio de resultado | 2 | 251 | 251 | - | - |
| Passivos financeiros setoriais | Custo amortizado | 2 | 7.010 | 7.010 | 6.874 | 6.874 |
| Fornecedores | Custo amortizado | 2 | 702.597 | 702.597 | 755.862 | 755.862 |

As aplicações financeiras registradas no período (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem investment grade (escalas locais das principais agências de riscos) com "expertise" necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de dezembro de 2018 estão dispostos abaixo:

| Derivativo | Valor da curva | Valor justo (contábil) | Diferença | Valor de referência (Notional) BRL |
|-----------------------------------|----------------|------------------------|-----------|------------------------------------|
| Swap DI x Fixo 11.12.17 Santander | (141) | 117 | 258 | 150.000 |
| Swap DI x Fixo 11.12.17 Itaú | (111) | (31) | 80 | 50.000 |

A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 (antiga BM&F) na posição de 31 de dezembro de 2018.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2018 havia 2 (dois) contratos de swap, sendo os três de CDI para taxa fixa a fim de diminuir a exposição a variação do CDI, conforme demonstrado abaixo:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

| Contraparte | Data dos contratos | Data de vencimento | Posição | Valores de referência | |
|-------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-----------------------|------------|
| | | | | Moeda local | |
| Contrato de swap | | | | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| SANTANDER (Brasil) S.A. | 11/12/2017 | 20/03/2019 | CDI + 107%aa | 117 | 875 |
| ITAÚ S.A. | 11/12/2017 | 07/11/2019 | CDI + 112%aa | (31) | 590 |
| BRADESCO S.A. | 16/02/2018 | 17/12/2018 | 100% CDI + 0,80%aa | - | - |

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2018 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3 (antiga BM&F). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

| Ativos | Risco | Base 31/12/2018 | Cenários projetados - Dez. 2019 | | |
|--|------------------|--------------------|---------------------------------|------------------|------------------|
| | | | Provável | Adverso | Remoto |
| Caixa, equivalentes de caixa e TVMs | Redução da SELIC | (170) | (11) | (8) | (5) |
| Caixa, equivalentes de caixa e TVMs | Redução do CDI | (131.646) | (8.269) | (6.246) | (4.194) |
| Caixa, equivalentes de caixa e TVMs | Pre-fixado | (34) | - | - | - |
| Ativo indenizável | Redução do IPCA | (1.888.440) | (46.674) | (35.005) | (23.337) |
| Instrumentos financeiros derivados | Alta do CDI | (125.187) | (8.551) | (10.608) | (12.635) |
| Instrumentos financeiros derivados | Pre-fixado | (125.102) | (9.867) | (9.867) | (9.867) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Pre-fixado | (345.678) | (23.129) | (23.129) | (23.129) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Alta do Dólar | (6.419) | (834) | (2.296) | (3.510) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Alta da TJLP | (94.103) | (9.133) | (10.625) | (12.096) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Alta da Selic | (64.887) | (5.998) | (6.955) | (7.900) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Alta do CDI | (675.503) | (46.788) | (57.301) | (67.667) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Alta do IPCA | (697.311) | (52.000) | (57.030) | (62.025) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | Alta da Libor | (4.455) | (474) | (1.516) | (2.389) |
| | | | (211.728) | (220.586) | (228.754) |

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

| Contrato | Provável | Cenário + 25% | | Cenário + 50% | |
|--|---------------|---------------|-----------------------------|---------------|-----------------------------|
| | | Cenário | Efeito líquido no resultado | Cenário | Efeito líquido no resultado |
| BB Agropecuário - Subcrédito B | 5.076 | 6.297 | 1.221 | 7.502 | 6.281 |
| Swap Ponta Ativa | (4.996) | (6.199) | (1.203) | (7.384) | (6.181) |
| Swap Ponta Passiva | 5.922 | 5.922 | - | 5.922 | 5.922 |
| Itaú CCB | 3.572 | 4.430 | 858 | 5.276 | 4.418 |
| Swap Ponta Ativa | (3.555) | (4.409) | (854) | (5.250) | (4.396) |
| Swap Ponta Passiva | 3.945 | 3.945 | - | 3.945 | 3.945 |
| Debêntures 5ª Emissão - 1 Série (CEAR15) | 24.850 | 30.172 | 5.322 | 35.421 | 30.099 |
| Total | 34.814 | 40.158 | 5.344 | 45.432 | 40.088 |

Conforme demonstrado acima, as variações do CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa.

32. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 3.043.922 em 2019, R\$ 3.125.887 em 2020, R\$ 3.278.789 em 2021, R\$ 3.397.878 em 2022 e R\$ 56.742.545 após 2022.

33. Participação nos resultados

O montante dessa participação no período de 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 17.230 (R\$ 14.664 em 31 de dezembro de 2017).

34. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil. A Administração da Companhia considera que os montantes são adequados.

| Riscos | Data de vigência | | Importância segurada | Limite máximo de garantia de sinistro |
|------------------------|------------------|------------|----------------------|---------------------------------------|
| | De | Até | | |
| Risco operacional | 01/11/2018 | 31/10/2019 | R\$ 1.091.249 | R\$ 185.253 |
| Responsabilidade civil | 01/11/2018 | 31/10/2019 | N/A | R\$ 741.012 |